

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
Subprefeitura LAPA - ca-desla@smsub.prefeitura.sp.gov.br

Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura da Lapa
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CADES REGIONAL LAPA

Data: 27.10.2021

Hora de início: 18:30h

Local: Reunião online meet.google.com/fmq-jonp-wbk

Pauta prevista:

1. Aprovação da ATA da reunião de 15/09/21
2. Tema principal: Políticas Públicas de Gestão Integrada de Resíduos: A compostagem.
3. Atualização dos Grupos de Trabalho:
A) GT – Regulamentação da Lei 16.212/15 – Gestão Participativa de Praças B) GT -Arborização e Águas
4. Informes:
 - a) Processo Eleitoral do Cades Lapa
 - b) Pátio de Compostagem da Lapa
 - c) Projeto de Intervenção Artística do Viaduto da Dr. Arnaldo.
 - d) Concessão dos Parques Estaduais

5-Pauta da Próxima Reunião

Lista de Presença (avaliação do quórum)

Representantes do Cades Lapa - Sociedade Civil:

Alice Wey de Almeida
Lara Cristina Batista Freitas
Leandro Gomes e Silva
Solange Viana de Oliveira
Helena Maria de Campos Magozo
Eduardo Fernandes de Mello
Cáritas Basso

Representantes do Cades Lapa - Sociedade Civil – Suplentes

Vera de Carvalho Enderle

Representantes do Cades Lapa - Poder Público:

Cyra Malta Olegário da Costa (SUB-LA)
Welson Roberto Barbosa (SVMA)

Participantes da Sociedade Civil:

Eng. Agrônomo Antonio Oswaldo Storel Júnior (consultor de projetos de compostagem de resíduo orgânico) - palestrante do Tema Principal da reunião.

Clarissa Knoll (Projeto da rua Sepetiba), Haloa Lucas Silva (candidato à futura eleição do CADES LAPA), Douglas Fabrício (Sociedade de Amigos do Parque Zilda Natel), Alexandra Swertz e Eduardo Trombetti Fiora (Observatório Vila Leopoldina), Ligia Rocha (candidata à futura eleição do CADES LAPA)

PAUTA

No início da reunião a agrônoma Cyra informou que se encontrava em greve por estarem em votação na Câmara quatro projetos enviados pelo Executivo, que ferem, em absoluto, os direitos dos funcionários públicos municipais. Mas sentiu-se com obrigação de acompanhar a reunião, por representar a Subprefeitura e por ter proposto a alteração da data, prevista no cronograma para 20-10-21, quando se encontrava em férias. Diversos conselheiros manifestam

apoio pelas motivações de greve dos funcionários e reconhecem a sua importante função no atendimento e desenvolvimento de políticas públicas.

1- Aprovação da Ata de 15-9-21: Foi obtido quórum do conselho para votação da ata, mas pelo acúmulo de informações e adiantado da hora, conselheiros/as se manifestarão no email do CADES LAPA.

2- Tema principal: Políticas Públicas de Gestão Integrada de Resíduos: A compostagem.

O agrônomo Storel propõe-se a fazer uma conversa, não uma apresentação formal e que depois compartilhará material com o grupo de conselheiros. A gravação em vídeo, na íntegra, encontra-se nos links: <https://drive.google.com/file/d/16gHPFxi0pOL4-SBRS47ZCMmGp4nclCa-/view?usp=sharing> e

https://drive.google.com/file/d/13unU_Ci4T4h0ZfUw235e9XzC4GmRctYP/view?usp=sharing

Storel é engenheiro agrônomo com experiência em políticas públicas nos 3 níveis de governo.

Foi Coordenador de Resíduos Orgânicos na AMLURB, na administração de Simão Pedro, Gestão Haddad, quando foi implantado o Pátio de Compostagem na Subprefeitura da Lapa.

Sentiu que, nesta função, “tirou o seu diploma de agrônomo do armário”, ao gerir a destinação de resíduos na origem. Na Conferência Nacional de Meio Ambiente de 2013 foram estabelecidas as Metas do Governo, que previam políticas para gerir os resíduos orgânicos. O Pátio de Compostagem da Lapa foi inaugurado em 2015

Havia uma avaliação negativa, no território, por conta da antiga Usina de Compostagem da Lapa e o odor que exalava, avaliado como prejudicial ao meio ambiente e vizinhança.

Contaram, para sua implantação, com apoio tecnológico e científico da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Caracterização dos Resíduos utilizados nas leiras de Compostagem: Primeiro Resíduo de Poda e de Feira: resíduos com pouca contaminação na origem.

Sentido Estratégico: Poder Público assumindo compromisso de gestão de seus resíduos.

Lei de Resíduos 12305/10 prevê segregação do orgânico na origem. Aterro só seria destinado para rejeitos. Reciclagem biológica (compostagem) é prioritária, mas não está tão explícito na Lei.

Pátio da Lapa: sua implantação é coerente com este postulado da legislação brasileira de resíduos.

Abertura do Pátio de compostagem da Lapa inaugurou dois novos paradigmas para a sociedade:

- 1- Segregação do orgânico na origem
- 2- Tratamento perto da geração, numa unidade descentralizada, o que evita o “passeio do resíduo”. O caminhão com resíduo percorria 60 Kms até Caieiras e voltava. Pátio da Lapa: 5 km e menores emissões GEE, menor custo e tráfego.

Houve uma adaptação da metodologia da UFSC, desenvolvida para a periferia de Florianópolis, para uma metodologia adequada a uma zona mais urbana. Por exemplo: o fundo da leira gerava anaerobiose, não exalava cheiro a maior parte do tempo, mas quando se remexia o composto, a cada 3 meses, ocorriam 3 dias de cheiro.

Para a zona urbana de São Paulo definiu-se meta de zero odor durante todo o processo.

Solução científica para obter-se o resultado: base de poda picada com 50 cm de altura, assim o ar entrava e o líquido percolado conseguia sair.

UFSC: drenagem diretamente no solo. Modificação: cobertura de 20 cm de apra de grama funciona como filtro de metano, preserva aeração por convecção na leira. Método LAPA (Leira Arquetada e Projetada para Aeração): leira quadradinha, sistema de convecção de atividade microbiana. Um cobertor de palha funciona como telhado. Sobe o ar frio de baixo e o movimento convectivo empurra.

Atinge temperatura de sanitização de resíduos rapidamente (o orgânico pode ser patógeno): 55° - 14 dias seguidos e 65 ° por 3 dias seguidos. Sanitiza os resíduos. Processo seguro.

Tecnologia científica: uso de apra de poda de árvores e palha de grama.

Mudança importante: há uma tecnologia no melhor jeito de montar a leira e mais barato, de custo baixo.

Havia dúvidas em SVMA sobre o licenciamento. Optou-se, naquele momento, por caracterizar a instalação e processo como um experimento científico: Parceria com UNINOVE e IPT. A UNINOVE identifica população microbiana e IPT identifica o composto da leira, como despoluidor de hidrocarboneto: possibilidade de mitigar vazamento de gasolina e degradação do solo, sem mover solo do lugar contaminado.

Pátio da Lapa: Não só nova solução de tecnologia, mas também de metodologia para compostagem urbana.

Também teve testagem internacional por Laboratório da Itália e por métodos europeus: considerado composto de alta qualidade. Obteve Certificação para agricultura urbana.

Bienal de Rotterdam, 2016: compostagem com agricultores, área rural, alimentação escolar, criou uma cadeia de valorização do resíduo orgânico local.

The Next Economy: economia deve buscar não ser 4.0, mas 4.17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), nenhuma economia consegue funcionar se não for sustentável.

O projeto conseguiu prêmio da Bloomberg, que também apoia o Projeto “Liga os Pontos” para São Paulo. Considerado um dos melhores projetos de resíduos sólidos no mundo.

Princípios do projeto implantado no Pátio de Compostagem da Lapa:

- Economia Circular
- Harmonização com ambiente urbano: pode ser instalado numa praça, sem percepção de qualquer odor.

2015: sem um relato de incômodo de vizinhança em SP.

Padrão do projeto: investimento científico para atingir áreas intraurbanas na cidade de SP em 2016.

2017: propiciou a Resolução CONAMA para compostagem no Brasil. Norma trata de compostagem urbana e rural e ambiental e cumpre legislação de resíduo.

- Reciclagem Biológica
- Regeneração da Permeabilidade Natural do Solo
- Segregação em ORGÂNICOS, REICLÁVEIS E REJEITOS

Resolução CONAMA 481: base para a regulamentação de compostagem urbana.

Ministério da Agricultura alterou as classes de compostos: Classe A: rural. Classe B: Industrial.

Classe C: Urbano. Classe d: Lodo Urbano.

Resolução CONAMA 61: estabelece que se o composto orgânico for segregado na origem, independe de ser urbano, industrial ou rural.

Segundo Storel há um mercado grande oriundo do resíduo orgânico urbano segregado na origem. Há movimento de empresas urbanas que processam compostagem privada. Existem muitos projetos em condomínios que vão construir uma cadeia de valorização de orgânicos.

O Pátio da Lapa passou a ser entendido como um equipamento de Educação Ambiental, os professores começaram a estimular os minhocários nas escolas e a visitar o equipamento em grupos.

Importância da compostagem para o combate às mudanças climáticas, principal ameaça à existência humana e de outros seres vivos, como uma forma natural de combatê-la, ao lado da proteção às florestas, plantio de árvores.

Pesquisa da Universidade de Berkeley: a compostagem reativa a matéria orgânica que existia antes da agricultura. Voltou a desenvolver processo autônomo para vida do solo, por mais de 100 anos. Sequestro grande de carbono. É uma forma mais barata de combater as mudanças climáticas, evita produção orgânica de metano no solo. Pode “virar a chave” do sequestro de carbono, a ampliação da destinação de resíduos urbanos para a compostagem.

Pátio da Lapa: importante porta de entrada para o processo. Quando o Poder Público assume, o empresário entende que é para valer, há uma mobilização da sociedade para destinar resíduo orgânico do aterro para a compostagem.

Brasil: país agrícola e o agronegócio não avança só com adubo químico. Entende que está havendo uma virada biológica, para bio - insumo, no agronegócio, em que o resíduo orgânico é almejado.

Aprovação em 2008 da Lei do Pampa, iniciativa do vereador Natalini, que estabelece o programa de aproveitamento de madeira de poda, prevendo sua destinação para compostagem, briquetes e fabricação de brinquedos e móveis. O Ministério Público entrou com processo contra a Prefeitura pelo não cumprimento da lei.

O texto do PL 410/2021, da Câmara Municipal de São Paulo, assemelha-se ao texto da lei assinada em Florianópolis: estabelece que a Prefeitura Municipal deva fazer a segregação dos orgânicos na origem em 3 frações na cidade toda. Início se daria pelo poder público, seguido pelos grandes geradores, condomínios e resíduo doméstico, por fim.

Tudo a ver com o que acontece no Pátio da Lapa.

Quando indagado sobre sua posição sobre a transferência do Pátio de Compostagem da Lapa, responde que a tecnologia não depende de ficar num só lugar, em 15 dias pode ser montada em outro lugar. Haveria um apoio internacional para a Lapa não ficar “um dia sem compostagem”. A Fundação Ellen MacArthur Foundation publicou case de conhecimento internacional.

Considerando-se os méritos e inovação do projeto, a Prefeitura só poderia conceber sua continuidade. A disputa de áreas em SP é pesada, mas temos que encontrar uma forma para que a lei de nível federal, estadual e municipal continue em funcionamento. A dificuldade da transferência pode ser burocrática, mas a tecnologia e materiais são baratos, de baixo custo. Custo muito competitivo. Não se aproveita na transferência, construções de alvenaria, manta de geomembrana, materiais de baixo custo, perto de outras construções. O Pátio foi construído em 2015 e previu-se sua duração por 10 anos (2025). Pensando-se em terreno público e licitação da obra, em novo contrato de concessão ou na transição, as empresas podem se responsabilizar por esta parte. Pode-se garantir o “sem perder um dia”: apronta-se o novo espaço, muda-se e desmonta-se o antigo pátio.

Eduardo Fiora (Observatório da Vila Leopoldina) questiona o não comparecimento da Subprefeita Fernanda em duas reuniões consecutivas do CADES Lapa. Propõe uma reunião extraordinária com a presença da subprefeita. O CADES carece de notícias sobre a manutenção do Pátio de Compostagem no território da Lapa. Como está o encaminhamento, documentação sobre o terreno da Vila Jaguara. Manifesta-se indignado com a ausência da Subprefeita. A apresentação do Storel e os elementos apresentados fortaleceram a importância do movimento “nem um dia sem compostagem”; assim como, a afirmação de que o Pátio da Lapa representa uma mudança de paradigma na gestão de resíduos no Brasil.

Agr.Cyra reforça ser representante da Subprefeitura e que a Subprefeitura não tem a definição, até o momento, do destino do Pátio de Compostagem. A Subprefeitura não se exime, mas entende que a responsabilidade pelo funcionamento do Pátio é da AMLURB e da São Paulo Regula. Conversa com a Subprefeita sobre tudo que é apresentado, demandado na reunião. A Subprefeita participou de reuniões com responsáveis pelo funcionamento do Pátio, defendendo a sua permanência, mas até agora não há uma definição.

Eduardo Fiora mantém sua posição de indignação pela ausência da Subprefeita e mantém a posição de que o Cades Lapa deveria convocar uma reunião extraordinária.

Cons.Leandro Gomes indaga Storel se quando chove, não haveria uma perda de nutrientes.

Agr. Storel responde que não, que já teve discussão com a ABES e foi constatado que o líquido lixiviado/percolado se torna enriquecido por massa sólida. No caso da leira, com os 25 cm de apra de grama que funcionam como telhado e parede ela só fica aberta por 20 minutos, é carregada e fechada, permanece fechada. E 70 a 80% do líquido do resíduo cozinha e libera tudo. A água é recolhida e re-circulada. Aproveita micro-organismos. Chuva quando cai, interfere pouco no funcionamento da leira. Gotículas pela malha de sapé evaporam. Nem vaza líquido para fora do sistema, é reciclado. O composto resultado tem qualidades excelentes, é um adubo de alta qualidade.

Fases: temperatura sanitiza, se esfria, há perda de reciclagem.

A certificação pela Agricultura Orgânica pode ser valorizada pelo CADES, na defesa do Pátio. Cinturão Verde poderia ser sustentado de adubo, na cidade, com Pátios de Compostagem.

Estamos num momento de transição aproximada da concessão, melhor momento para defesa e inclusão da compostagem na política de Gestão de Resíduos da cidade. A concessão de divisível em 2004, ainda não contava com a lei de resíduo vegetal. Em 2024 acabando o contrato, haverá nova licitação ou renovação da concessão. Oportunidade única para incluir no contrato a segregação de resíduos na origem. Período pré-licitação é muito importante para a previsão dos serviços e sua inclusão nos custos da operação. A Loga era responsável pelos resíduos da Lapa em 2015 e fez um ensaio com todos os equipamentos, seu custo, como seria sua execução, quantitativos e publicou este estudo. Planejado, não é uma coisa de outro mundo. Considerar na coleta seletiva, composto, reciclados e resíduos. O IPT- Instituto de Pesquisas e Tecnologia também produziu estudos.

Cons. Lara indaga sua posição sobre compostagem comunitária, nas praças

Storel entende como muito conveniente a compostagem em praças, super desejável por ajudar na reconstituição de relações de vizinhança, tão difícil em São Paulo. As composteiras podem ajudar na organização comunitária. Apesar

de seus benefícios, a compostagem ainda não foi recepcionada na legislação. A Cetesb/SIMA aprovou uma resolução SIMA 69/20 que dispensa de licenciamento ambiental processos de compostagem em instalações que produzam até 500 kgs/dia, desde que atendida a Resolução CONAMA 481/17 e que não seja industrial. O composto em hortas, jardins promove sequestro de carbono, como citado anteriormente.

Conselheiras, conselheiros e participantes da reunião da sociedade civil elogiam a apresentação do agrônomo Storel, que contextualizou como se deu a criação do Pátio da Compostagem, sua fundamentação e suporte legal e a quebra de paradigma que representou e representa na Gestão dos Resíduos Sólidos no Brasil. Articulou-se com Universidades e muitos institutos do Brasil e internacionais, como relatado em sua apresentação. A apresentação acabou por reforçar o sentido do movimento #Nem1diaSemCompostagem que ocorre desde que se teve notícia do risco de descontinuidade/transferência de sua operação.

Alexandra Swertz do Observatório Vila Leopoldina informa que acessou o SEI **8310.2021/0001789-0** da AMLURB sobre terreno disponível para o Pátio de Compostagem e pediu resposta à Subprefeitura.

3-Atualização de Grupos de Trabalho - GTs

A) GT de Regulamentação da Lei de Gestão Participativa de Praça

A coordenadora do GT, **cons. Cáritas Basso**, informa que o grupo vem elaborando a proposta de regulamentação da lei de Gestão Participativa de Praças, buscando aprimorar o entendimento e preencher suas lacunas no que diz respeito às responsabilidades do Poder Público, da Sociedade Civil, por meio dos Comitês de Usuários e dos cooperantes, para a boa gestão das nossas praças e consequente repercussão na qualidade de vida dos moradores da cidade. Avançou-se na proposta, mas há necessidade de serem esclarecidos alguns pontos relativos às responsabilidades da Prefeitura em relação à manutenção (equipamentos e infraestrutura), limpeza, varrição, zeladoria e integração com outros programas e sistemas da Prefeitura. Há necessidade de um representante da Prefeitura que esclareça sobre estes pontos e também um representante, que ajude na adequação jurídica do texto.

Cons. Helena informa que recorreram à Secretaria das Subprefeituras (SMSUB), através do ex- subprefeito da Lapa, Caio, hoje secretário executivo desta Secretaria, que indicou o técnico Renan para representar esta secretaria no GT, mas após uma primeira reunião em que compareceu, não se contou mais com sua presença. O GT solicitou apoio de um assessor/assessora jurídica à Subprefeitura da Lapa, mas o Chefe de Gabinete, Renato, nos respondeu pela impossibilidade da cessão de profissional, neste início de gestão da subprefeitura e muitos assuntos pendentes e carentes de encaminhamento.

A conselheira teve oportunidade de assistir a um seminário do IPT que tratou de inovações científicas e tecnológicas voltadas às políticas públicas. Foi um seminário muito rico, interessante e houve a apresentação de um Programa, por Radyr Papini, diretor de Zeladoria Urbana da SMSUB, o Programa GPZ, que possibilita a gestão e acompanhamento, de todos os contratos de Zeladoria das Subprefeituras, incluindo, segundo citou, as 5000 praças do Município. A Cáritas tenta contato com o diretor Radyr, através de ofício, para esclarecimento de algumas dúvidas citadas acima. O contato com a SMSUB e sua colaboração interessa ao GT sobremaneira, pelo fato de a lei de gestão participativa de praças englobar as 32 Subprefeituras. Lembramos que a regulamentação deve se dar pelo executivo e nossa proposição e participação no processo se caracteriza como uma parceria da sociedade civil para agilizar os procedimentos, que se fazem necessários para os comitês existentes e para os que foram indeferidos por subprefeitos com a justificativa da lei ainda não contar com regulamentação.

Alexandra Swertz sugere a participação da Beth, que coordenava o Setor de Áreas Verdes na Lapa e que atualmente se encontra na Assessoria Jurídica da Subprefeitura. Cyra se dispõe a ajudar após a greve, consultando a servidora Beth sobre esta possibilidade. Também poderá buscar contato com a secretária adjunta da Subprefeitura da Lapa, informando com mais detalhe o que se espera de apoio jurídico (revisão do texto de regulamentação da lei). Poderá também consultar o Radyr sobre o apoio ao GT.

B) GT Águas e Arborização

A **cons. Lara** faz uma apresentação atualizada, ilustrada por mapa, dos diferentes pontos do Projeto da rua Sepetiba. (Anexa, a apresentação: Visão Geral GT- verde-azul_DESIGN-27.10.2021)

O projeto caminha de montante para jusante, na rua inteira, partindo da rua Cerro Corá. Avança por trechos.

Proposta viária do primeiro trecho, à montante, foi enviada para aprovação da CET.

Estão sendo realizados estudos na Praça Romana quanto à conversão sugerida.

Parceria em construção com SENAC da rua Tito para apoio ao estudo. A parceira Carol estuda no SENAC que pode organizar a identificação botânica na área do projeto.

São previstos processos socioeducativos que estão evoluindo: disponibilização do projeto para interessados da vizinhança, do Cades, da cidade.

Retomada de diálogo com a CET através do projeto Caminho Seguro, na Vila Leopoldina.

Cons. Eduardo Mello: não pode participar das reuniões do GT por motivo de trabalho, mas fica atento ao processo de arborização da praça Dr. Otávio Perez Velasco, próxima a sua casa e que frequenta, fazendo um “inventário” da vegetação. Foram contabilizadas 400 árvores na Praça e na ligação com a praça São Crispim. Metade das árvores são nativas e aproximadamente metade são exóticas, concentrando-se em 2 espécies invasoras: 70 exemplares de Ligustro e outros 30 de Leucenas. É riquíssima na diversidade de árvores das espécies nativas de Mata Atlântica, porém com poucos exemplares. Pau Brasil (1), Jussara (3), Jequitibá (1), Ipê Verde (1). E frutíferas muito raras: Siriguela, Araçá, Cambuí, Cabeludinha, Cereja do Rio Grande, Grumixama, Jenipapo, Gabiroba, Uvaia, dentre outras. São poucas quantidades de cada indivíduo, comparando com os mais de 20 abacateiros.

Clarissa Knoll participa do projeto, fazendo a comunicação com a comunidade. Comenta a potencialidade da articulação da sociedade civil e Prefeitura, no território. Há uma rede comunitária já articulada tendo como ponto de convergência o ponto onde se encontra a Banca de Jornal, cuja dona tem muito acesso na comunidade e a Padaria Natalina. Brinquedos foram doados para a praça Claudino César. O projeto de sua reforma com a praça Romana, pela Prefeitura, está sendo acompanhado por Bel e Mariana.

Clarissa está preocupada com a obra no terreno, ao lado da praça Dr. Otávio Perez Velasco. Indaga sobre a forma de acessar a documentação. O terreno da rua Marapuama é lindeiro à APP da praça e paralelo ao córrego Tiburtino.

Cons. Eduardo Melo cita empreendimento de 28 m na rua Pio XI, 411. Os terrenos na Pio XI e na rua Marapuama, 198 são do mesmo proprietário. O terreno da Marapuama é encharcado e a obra estava embargada desde 2007. A construtora entrou com processo, via Pio XI. Forma de burlar o zoneamento atual e ajudar a Prefeitura a aprovar uma irregularidade. Construção em cima da nascente não justificada pelo PL 2510/2019, que tramita na Câmara Municipal e que só diz respeito a áreas consolidadas.

Clarissa fala de uma situação delicada que ocorre na praça Otávio Perez Velasco: há um morador da praça, acumulador e que separa os resíduos na praça, o que provoca a presença de ratas e escorpiões. A Prefeitura limpou a praça na última semana, mas logo houve a recorrência do problema. Seria necessária uma orientação da Saúde Mental para o enfrentamento da situação. Cyra coloca que se houver interesse do Conselho pode chamar setores da saúde e do trabalho da área social para discutir e orientar o caso com o Conselho. Comum em tantas outras praças da cidade.

Cons. Leandro Gomes divulga agenda do GT, aberto à participação: segundas-feiras (manhã- 9 horas) e quartas-feiras (Tarde: 19 hs), nas seguintes datas: 25/10 e 27/10; 1/11 e 3/11; 8/11 e 10/11; 17/11; 22/11 e 24/11; 29/11 e 1/12; 6/12 e 8/12; 13/12 e 15/12.

Cons. Lara informa que está na agenda elaborar o Caminho Seguro, no entorno da CEI da Vila Anglo, também para crianças. Na Vila Leopoldina seguiu-se um formato específico, sugerido pela CET.

4- Informes Gerais

Antes de se dar início aos informes gerais e devido ao adiantado da hora, **Cons. Solange** analisa o formato da reunião ordinária: Critica seu tempo e sua extensão de temas. Poderia, segundo a conselheira, ser mais leve. Entende que são debatidos assuntos importantes, mas propõe que se repense um novo modelo para os próximos encontros.

a) Processo Eleitoral dos Cades Regionais

Agr. Cyra: Aguardando informação oficial sobre realização de nova eleição. Maralina está com uma Comissão, que termina o Regimento e está fazendo os últimos ajustes.

b) **Pátio de compostagem** (Continuidade do tema, abordado na apresentação do tema principal e comentários). Todas as sextas feiras, às 8 horas, desde a notícia do Pátio de Compostagem da Lapa estar em risco, há um evento em frente à área do Pátio do movimento, por sua manutenção “nem um dia sem compostagem”. Pela

falta do posicionamento direto da Subprefeitura sobre o caso, há unanimidade dos conselheiros da sociedade civil em solicitar à Subprefeita Fernanda, atualização de informações sobre manutenção ou transferência do Pátio, ainda mais valorizado após o histórico do agrônomo Storel. O grupo passa a debater a estratégia para se ter um posicionamento direto da Subprefeita da Lapa. Fiora mantém posicionamento por uma reunião extraordinária, com o tema da compostagem exclusivo e Amlurb se manifestando sobre o novo lugar da compostagem e seu processo.

Cons. Helena relembra que nenhuma resposta ocorreu às cartas enviadas aos secretários das Subprefeituras e Verde e Meio Ambiente.

Cons. Lara propõe e conselheiros aprovam solicitar reunião de conselheiros com a Subprefeita para tratar do tema, posicionar-se e ter informações. Necessidade de ser providenciada minuta de solicitação do encontro, após a reunião.

c) Projeto de Intervenção Artística do Viaduto da Dr. Arnaldo

Cons. Alice informa as ações integradas com o Parque Zilda Natel e que a Saúde Mental, que coordena o projeto, atuou no mês de outubro, através de vários CAPS, dentro do Projeto “Circula CAPS”. Acredita que a integração com o Parque deverá continuar com o fortalecimento do Conselho Gestor do Parque. Relações evoluíram com o Conseg, Metrô, Polícia, Bombeiros.

d) Concessão de Parques Estaduais

Cons. Helena informa que está acontecendo no mesmo horário da reunião do Cades Lapa, audiência sobre a concessão do Parque da Água Branca com a SIMA e com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. A mobilização foi bem sucedida ao obter-se audiências separadas para cada parque, no caso o Água Branca, o Vila Lobos e o Candido Portinari. Além das audiências, houve eventos no Parque com público significativo para exigir que a concessão não descaracterize o Parque da Água Branca. A consulta pública foi prolongada até 2/11/21, considerada insuficiente para seus demandantes, pela extensão e complexidade do edital de concessão. O Movimento tenta prolongar esta consulta por mais 2 meses.

Eduardo Fiora (Observatório Vila Leopoldina) demanda uma maior participação do CADES Lapa nas políticas públicas da região. Houve a primeira votação do PIU Leopoldina. Entende que o colegiado deve estar mais presente na segunda votação. Avalia que há um processo higienista para barrar o PIU e projeto de moradias populares, que deve ser defendido pelo CADES, por sua demanda na região.

Cons. Lara enuncia tarefas do CADES: Avançar nas pautas dos GTs, Parques, Pátio de Compostagem e acompanhamento do PIU Leopoldina. Elaboração da Pauta da próxima reunião em 17 de novembro de 2021: sugestão por mensagens no whatsapp e email do Cades.

Reunião terminada às 21:17 hs.